

Comércio prevê alta de preços

O comércio reagiu com críticas e elogios ao novo "pacote" econômico do governo: o aumento da tributação às grandes empresas acabará sendo repassado nos preços finais de seus produtos e quem pagará por isso é o consumidor, raciocinam, por exemplo, Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, e Guilherme Afif Domingos, da Associação Comercial de São Paulo. Já Abram Szajman, presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, considera que a redução do Imposto de Renda na fonte para os assalariados pode representar um grande benefício ao comércio, com o conseqüente aumento no poder aquisitivo do consumidor.

No Rio, Amaury Temporal observou que o "pacote" de Sarney "é um documento politicamente hábil, pois dá a impressão de que as medidas vêm em socorro dos pobres e das pequenas e médias empresas". Mas, na sua opinião, essa expectativa não é verdadeira, na medida em que o governo, ao mesmo tempo em que utiliza o Imposto de Renda como instrumento de redistribuição de renda, ao aumentar a isenção e tributar menos de quem ganha menos, aplica-o em escala maior nas empresas que acabarão repassando esse acréscimo nos preços finais de seus produtos.

Para Temporal, o consumidor beneficiado do peso da carga tributária incidente no seu salário acabará arcando com o aumento do tributo na mercadoria que consome. "Mais uma vez, quem vai pagar o custo da inflação é o setor privado, o que não deixa de ser um novo desastre para a sociedade brasileira", acrescentou.

Na sua opinião, o governo perdeu outra oportunidade de melhor ordenar sua atuação, pois a contribuição que dará para o programa de redução do déficit público, razão de ser do pacote, é insignificante, considerando a redução prevista de Cr\$ 8 trilhões em gastos com custeio contra um "buraco" superior a Cr\$ 220 trilhões. Dessa forma, ressaltou que "o governo não tem condições de vir à sociedade e ao Congresso buscar mais recursos tributários se não contribui com a sua contrapartida de sacrifício para o acerto da economia do País".

Como fator positivo das medidas anunciadas, Temporal destacou o aumento da isenção do Imposto de Renda sobre os menores salários e o programa de privatização de empresas estatais. Quanto à redução do imposto de renda na fonte para acabar com a posterior devolução do tributo ao contribuinte, disse que "o governo visou, principalmente, acabar com esse abacaxi, que é a devolução do imposto corrigido".

Afif Domingos, porém, não vê aspectos positivos: "Estou impressionado em ver como se mudam as regras, num jogo de desculpas para tomar mais recursos do contribuinte, lesando-o com a manipulação dos índices. A introdução do novo índice é justificável numa discussão acadêmica, mas está sendo usada para prejudicar a Nação, escamoteando a inflação real gerada pelo próprio Estado na remuneração da poupança nacional". Em sua opinião, "isto extrapola os limites da nossa paciência, é um grande golpe. Em agosto, no momento em que os aplicadores iam recuperar os prejuízos, as regras também foram mudadas".

Abram Szajman, de seu lado, recebeu com aplausos a redução do imposto de renda na fonte para os assalariados: "Este tributo juntamente com o arrocho salarial, sempre foram denunciados pela Fecesp como os grandes responsáveis pela redução significativa do poder aquisitivo da classe média e dos assalariados em geral, com reflexos negativos sobre o mercado interno. Uma pessoa, com esposa e dois filhos, com salário mensal de Cr\$ 10 milhões, recolhe ao governo nada menos que 41% do que recebe, entre impostos diretos e indiretos, taxas e contribuições. E 44% desta carga tributária refere-se ao Imposto de Renda". Por isso, raciocina ele, a redução do imposto vai representar amplos benefícios aos consumidores e ao mercado. "O novo esquema de devolução do Imposto de Renda não deve gerar maiores dificuldades no mercado, porque a grande maioria dos contribuintes encontra-se na faixa de restituição de dez ORTN."

Murad Salomão Saad, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, também se mostra otimista, mas espera que o "pacote" seja cumprido integralmente, "ou seja, que o governo dê a sua cota de sacrifícios, cortando despesas supérfluas, conforme declarações até mesmo do presidente da República". Na opinião de Saad, "o pacote, não penalizando as pequenas e médias empresas, que constituem a grande maioria do comércio lojista, deve trazer os resultados que o governo e a Nação esperam".